

TERCEIRO SETOR: A CONSTRUÇÃO DE UMA ECONOMIA DA SOLIDARIEDADE

GERUSA COUTINHO RAMOS

Economista e Mestre em Economia Rural – UFPB; Professora no curso de Ciências Econômicas do Instituto Presbiteriano Mackenzie; Assessora de projetos socioeconômicos no Terceiro Setor e Cooperativismo de Trabalho.
gerusa@mackenzie.br

RESUMO

O terceiro setor cresce no Brasil e ocupa espaço político, econômico e social, apresentando uma diversidade de entidades formais ou movimentos informais, defensores das mais variadas causas – meninos de rua, AIDS, meio ambiente, qualificação profissional, mulher, pequenos produtores, entre tantas outras que representam as lutas sociais no Brasil. Nesse contexto, este artigo procura levantar pontos para discussão sobre a importância do setor no país como alternativa de organização da sociedade em relação à sua realidade e necessidades, além de enfatizar a importância econômica desse segmento no PIB, mercado de trabalho e investimento de capital. Primeiro, apresenta-se um breve histórico do terceiro setor; segundo, realiza-se um debate a respeito do conceito; terceiro, evidenciam-se os aspectos econômicos e as perspectivas que, no Brasil, a ele se apresentam.

Palavras-chave: terceiro setor; economia da solidariedade; responsabilidade social; ONGs; projetos sociais.

ABSTRACT

The third sector is increasing in Brazil and it occupies a political, economic and social space, showing a diversity of formal entities or informal movements, defender of the most variety causes – street boys, AIDS, environment, professional qualification, woman, small producers, among so many other which represent the social fights in Brazil. In this context, this article aims to raise topics for discussion concerning the importance of the third sector in the country as an alternative of society organization in relation with its reality and necessities, besides stressing the economic importance of this segment in the GDP, work market and capital investment. Firstly, it shows a brief historic view of the third sector; secondly, it performs a debate about this concept; thirdly, it is shown the economic aspects and the perspectives that, in Brazil, are presented to it.

Key words: third sector; economy of solidarity; social responsibility; NGOs; social projects.

1 INTRODUÇÃO

O termo 'terceiro setor' tem origem antiga e deriva de terminologia norte-americana. Refere-se a iniciativas privadas de caráter coletivo sem fins de lucro, voltadas ao desenvolvimento de empreendimentos sociais e ao fomento de atitudes solidárias entre cidadãos, cuja participação, quase sempre, em tempos outros, era espontânea e voluntária. Segundo Fernandes (2002), a conformação do setor refletia o crescimento das iniciativas civis baseadas na tese do 'sacerdócio universal', declarada pela Reforma Protestante do século XVI, que serviu para abrir as hierarquias sagradas à participação dos fiéis.

No século XVIII, o avanço do capitalismo como modo de produção, a divisão internacional do trabalho proclamada na Revolução Industrial e o aumento da classe trabalhadora foram fatores que contribuíram para organização da sociedade civil. De fato, a exacerbação de relações econômicas desiguais propiciou um fortalecimento das lutas pelos direitos civis e humanos – Igreja, Estado, movimentos operários e sindicatos participaram do processo de construção da sociedade civil e criaram os meios para sua estruturação.

O marco histórico para a ampliação dessas iniciativas civis vinculadas ao social ocorreu muito tempo depois, no século XX, na década de 70. O avanço dos movimentos sociais relacionados às questões indígena, ecológica, racial, de gênero etc. resultou em uma nova forma de organização institucional denominada, nos EUA, de ONGs (Organizações Não-Governamentais), tendo como objetivo diferenciar tais instituições da esfera do Estado e dos setores empresariais.

2 O TERCEIRO SETOR NA AMÉRICA LATINA

A história do terceiro setor na América Latina está relacionada ao trabalho em comunidade, a partir de iniciativas de pessoas que se uniam para resolver problemas no meio social em que viviam. Embora pareça contraditório, o marco de intensificação dos movimentos sociais ocorreu nos tempos de ditadura militar (década de 70) na porção majoritariamente latina do continente americano. Nesse período de repressão política, explodiram os movimentos sociais no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Bolívia, além das ações das guerrilhas na Colômbia e Venezuela. Diante desse quadro, o movimento sindical foi reprimido, e a participação do Estado e da iniciativa privada em programas assistenciais, diminuída. Buscou-se, então, uma alternativa de construção do trabalho social por meio da ação comunitária organizada,

apartada da esfera estatal e das organizações sindicais e partidárias. O compromisso comunitário e a organização popular cresceram dentro da própria Igreja, por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

A participação da Igreja no processo de construção do terceiro setor na América Latina se deu no trabalho de educação popular, numa tentativa de contribuir para o resgate da cidadania dos grupos desfavorecidos e a organização das comunidades. A Igreja foi o locus alternativo de organização comunitária, com resultados importantes de intervenção na realidade. Trata-se de um contexto político de afastamento da Igreja do poder dominante (burguesia e Estado). O trabalho comunitário desenvolvido pela Igreja foi organizado pela ala defensora da Teologia da Libertação¹. Para Fernandes (2002, p. 36), esse movimento avançou rapidamente na América Latina, fazendo emergir importantes lideranças populares:

O resultado foi tão expressivo que, pelos meados da década de 70, quem sentisse a necessidade de envolver-se em algum tipo de ativismo social na América latina, fosse a pessoa religiosa ou materialista confessa, o melhor que tinha a fazer era procurar algum membro da "Igreja dos pobres". A intensidade e o alcance deste movimento variaram consideravelmente segundo as dioceses e as igrejas nacionais. É notável, contudo, que encontremos expoentes significativos da Teologia da Libertação em todas as sub-regiões do continente – Gustavo Gutierrez (Peru), Leonardo Boff (Brasil), Pablo Richards (Chile/Costa Rica), Otto Maduro (Venezuela), Juan Luiz Segundo (Uruguai), Javier Gorostiaga (Nicarágua) e outros.

O resultado do trabalho realizado pelas CEBs nos países da América Latina, inspirado nas leituras do marxismo, foi diferenciado: de intervenções locais lentas e progressivas a mudanças de impacto nacional, como no México, em El Salvador e no Brasil, contabilizando a organização de 46.000 CEBs em atuação na região, em 1993 (FERNANDES, 2002). O objetivo das CEBs era ouvir as comunidades, suas manifestações, problemas, preocupações, trazendo o povo para a organização coletiva, seja para estudar a Bíblia, alimentando sua espiritualidade, seja para discutir o problema da pobreza e das condições de vida.

No quadro da Igreja, os partidários da Teologia da Libertação confrontaram-se com uma perspectiva distinta: tratava-se de uma ala contrária às leituras marxistas da

¹ Teoria da Libertação – doutrina da Igreja Católica baseada na boa nova do Evangelho que optou pelos pobres, apostou no trabalho das Comunidades Eclesiais de Base e transformou conceitos dentro da Igreja, vinculando o tempo do sagrado ao eclesial e profético, na perspectiva de encontrar a verdadeira Igreja nas comunidades populares. (FERNANDES, 2002, p. 36).

realidade, conformista, menos intelectualizada e com forte cunho doutrinário. Por esse motivo, a atuação das CEBs passou por uma fase de fragilização; no entanto, não acabou, deixando estruturado um trabalho comunitário participativo que estimularia a construção do que viria a ser chamado de terceiro setor.

Diante do contexto de difícil diálogo com o Estado e de diminuição do poder político dos sindicatos e partidos, multiplicavam-se pequenos movimentos de luta por causas específicas. Denominados 'movimentos sociais', muitos deles informais e de natureza instável, que atuavam na luta coletiva a certa distância dos organismos estatais, trouxeram uma ação comunitária preocupada em solucionar problemas locais – falta de segurança, água, esgotos, poluição ambiental, moradia etc. Sua organização ocorreu por meio da constituição de redes de relacionamento preocupadas com a preservação da autonomia local e com a promoção de ações destinadas a amenizar problemas urbanos oriundos do processo de urbanização na América Latina. Houve um crescimento rápido da demanda por serviços públicos, à qual o poder público não foi capaz de atender.

Assim, a sociedade civil buscava meios para sua própria organização, via associações de moradores, CEBs e movimentos informais de representação de causas sociais. Essas entidades formais e informais prezavam o exercício da cidadania e da democracia pela base, estabelecendo canais de comunicação com o Estado para o encaminhamento de suas reivindicações, além de promover ações de pressão de diversos tipos – ocupação de terrenos para moradia, organização do consumo de água e energia elétrica, educação popular, entre outras. Trata-se de um outro momento histórico, no qual a própria sociedade civil buscava, na sua organização, a defesa de seus interesses. Os sujeitos sociais 'do povo', ou 'populares', começaram a aparecer no cenário dos países da América Latina – moradores da favela, pescadores, meninos de rua, sem-terra, seringueiros, prostitutas, mulheres (liberação com proposta de revisão de valores), indígenas (história das colônias), homossexuais (sexualidade) e negros (trauma da escravidão) –, compondo uma identificação com a própria sociedade civil.

No seu processo de organização, os movimentos sociais estimularam o debate interno em torno das verdadeiras bandeiras de luta: tratava-se de abraçar questões de caráter mais geral (direitos iguais, autonomia, liberdade, democracia, cidadania e qualidade de vida) ou causas localizadas (índio, mulher, crianças, entre outras). Esse debate tensionado entre o geral e o específico gerou um processo de mudanças rico em aprendizagem, marcado

por avanços e recuos, mas capaz de colaborar na edificação de uma história de ação política e social.

Os movimentos sociais informais e as entidades formais representados pelas ONGs (Organizações não-governamentais), associações, institutos e fundações construíram, na América Latina, a história do terceiro setor, que engloba o esforço de pessoas físicas e entidades criadas pela sociedade civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de desenvolver atividades sociais.

A seguir, abordar-se-á o debate a respeito da constituição e conceituação do terceiro setor no Brasil.

3 O TERCEIRO SETOR NO BRASIL

No Brasil, o terceiro setor foi construído com o avanço das entidades vinculadas às igrejas, aos movimentos sociais e às ONGs, exatamente a mesma trajetória percorrida na constituição do terceiro setor na América Latina. Aqui, optamos por centrar a abordagem em torno das ONGs, tendo em vista que são importantes referências no processo de organização deste setor no Brasil.

O termo ONG, hoje bastante utilizado no Brasil, surgiu no anos 80, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, por meio de uma experiência comunitária de autogoverno, na qual o poder social constituía alternativa ao poder político, caracterizado como ineficiente, corrupto e ilegítimo, para atender às demandas sociais da população. Essas organizações passam a utilizar a democracia como base de sua organização e a exigir a participação de todos na definição de causas coletivas.

A primeira experiência de entidade da sociedade civil (semelhante às ONGs) foi organizada no Rio de Janeiro, em 1958, denominada Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), com o objetivo de preservar o meio ambiente, pois o Brasil passava por uma fase de desenvolvimento econômico acelerado, o que levava à necessidade de cuidados com o entorno natural.

As principais entidades sem fins lucrativos que desenvolviam trabalho social no Brasil, posteriormente denominadas ONGs, surgiram entre o fim da década de 50 e a de 80, como resultado das lutas da sociedade civil em oposição à política social do regime autoritário. Muitas vezes atuavam de forma clandestina nos movimentos sociais e sindicais, em atividades na área de educação, saúde, habitação e de consultoria técnica aos movimentos populares. Nesse período, as ONGs não foram reconhecidas pelo Estado brasileiro, ficando sua manutenção na dependência de apoio internacional, e seu crescimento, alinhado aos processos de retomada da democracia – 21 % delas foram fundadas nos anos 70; 60% passaram a ser legalizadas a partir de 1985; 15,4 % das ONGs surgiram nos anos 90 (ABONG/ISER, 1996).

Na década de 90, essas organizações experimentaram um processo de profissionalização e também ampliaram sua presença na cena política. Avaliaram o Plano Collor e emitiram opinião contra as mudanças nas políticas monetária, fiscal e administrativa, por entenderem que estas não se destinavam aos trabalhadores. Nessa década, pautavam sua atuação em atividades e projetos sociais de diversos tipos, dando voz e representando os interesses dos mais diferentes atores em situação de exclusão social.

Existe uma tendência de aumento da importância das ONGs no Brasil, notadamente pelo espaço que ocuparam e ocupam no fomento e execução de programas sociais, como o trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) na “Campanha Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida”, e pela relação de intercâmbio de informações e experiências com as universidades, centros de pesquisas, fundações e movimentos sociais. Pode-se dizer que agora elas se encontram na seguinte encruzilhada histórica: Como sobreviver financeiramente em um mundo capitalista sem gerar lucros? Como atingir a sustentabilidade se trabalham com causas humanas e, em grande parte, dependem de serviços voluntários? A própria experiência de algumas instituições do terceiro setor, a exemplo da Fundação Abrinq, Instituto Airton Senna, Gol de Letra, SOS Mata Atlântica, entre outras experiências formais e informais de ação social, mostram a possibilidade de aliar viabilidade econômica e resultados sociais expressivos.

Na fase atual, evidencia-se um crescimento do terceiro setor no Brasil, em termos políticos, econômicos e sociais, com ampliação e diversificação das fontes de financiamento de suas atividades. Segundo a ABONG (Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais), as fontes de recursos das 284 ONGs que compõem seu quadro de afiliadas se distribuíam na seguinte ordem: agências internacionais de cooperação (78,57%); comercialização de produtos e serviços (46,43%); convênios com órgãos governamentais federais (45,41%); aporte de empresas, fundações ou institutos empresariais brasileiros (32,65%); contribuições associativas (26,02%); convênios com órgãos governamentais municipais (22,45%); agências multilaterais e bilaterais (12,24%); doações individuais (12,24%) e outras (37,24%).² Esse desempenho está a demonstrar que o grau de dependência financeira com relação às instituições de cooperação internacional ainda é significativo, mas que também houve avanços na geração de receitas oriundas de outras fontes. Mais importante que

isso, no entanto, é o fato de que as ONGs passaram a apresentar, de uma maneira geral, um incremento importante no processo de profissionalização, sustentabilidade e autogestão. A participação do governo ocorre de forma descentralizada por meio de programas, mas com um peso inferior ao de épocas anteriores (décadas de 70 e 80), além da diversificação das fontes.

4 CONCEITUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

No Brasil, durante um longo período, pairou uma confusão quanto ao significado e abrangência do termo ‘terceiro setor’, pois este era identificado como ONGs, movimentos sociais, movimentos da igreja, setor terciário, ou mesmo tudo o que se diferenciava do primeiro setor (empresas privadas) e do segundo (Estado). Trata-se de uma terminologia em construção, em debate, cuja discussão ainda não atingiu maturidade conceitual.

Segundo Coelho (2002, p. 58-59), o termo terceiro setor foi utilizado inicialmente nos EUA, na década de 70 e, posteriormente, nos anos 80, na Europa. O significado estava relacionado à perspectiva de uma alternativa ao setor privado (mercado) e ao Estado. Não tinham como objetivo o lucro e exerciam ações visando ao bem coletivo e ao atendimento aos grupos sociais. Embora uma parcela expressiva de entidades prestasse serviços públicos e defendesse direitos públicos, ou o bem comum, esse fato não as diferenciava de outras entidades governamentais e privadas que atuavam com o mesmo foco de preocupação.

A afirmação do termo ‘terceiro setor’ faz obrigatoriamente referência à existência de um primeiro setor, o Estado, e de um segundo, o Mercado, o que ocorre por meio das negações: o ‘não-governamental’ e o ‘não-lucrativo’, aproximando uma gama de atividades privadas com fins públicos. Ao mesmo tempo, o termo sociedade civil mostra um universo mais amplo e diversificado, como nos informa Fernandes (2002, p.127):

a idéia de um ‘terceiro setor’ orienta a reflexão para outras direções, sem fronteiras definidas. Seguindo esta orientação, ultrapassamos facilmente o campo das instituições e encontramos uma variedade de prestadores de serviços que não costumam ser incluídos nos diretórios convencionais dos ‘agentes não-governamentais’. Muitos não estão sequer registrados em qualquer instância jurídica. Trabalham à margem dos controles formais. Outros têm um registro institucional, mas não distinguem entre os serviços com a clareza analítica que se espera das agências civis.

² Gazeta Mercantil, de 29 maio 2002, Em busca da profissionalização. Dados de uma pesquisa realizada pela ABONG entre agosto e novembro de 2001.

Nessa concepção, o terceiro setor é complexo e heterogêneo e ao mesmo tempo amplia a visão de bem público. Seus principais segmentos no Brasil são compostos das formas tradicionais de ajuda mútua, movimentos sociais e associações civis, ONGs e filantropia empresarial.

Ao debate conceitual do terceiro setor é importante acrescentar as considerações de FISCHER; FALCONER (1998, p.13): "O Terceiro Setor foi se ampliando sem que esse termo, usado para designá-lo, seja suficientemente explicativo da diversidade de elementos componentes do universo que abrange."

Apesar do dilema enfrentado pelo terceiro setor na construção de sua própria identidade, é interessante discutir uma conceituação mais ampla, capaz de identificar algumas características importantes que o diferenciam do Estado e do setor privado: o princípio de atender ao social e não possuir fins lucrativos; a prática da ajuda mútua, da solidariedade e do trabalho voluntário; o vínculo com os direitos humanos; a motivação para o trabalho e a aglutinação de pessoas e entidades que visam ao bem comum e se identificam com os princípios mencionados. A questão não é simples, mas é preciso estabelecer alguns pontos em comum entre entidades e pessoas físicas participantes do processo de construção desse setor no Brasil.

Durante um longo período da história, ele foi considerado assistencialista e confundido com a filantropia, porque muitas entidades orientavam seus procedimentos com base nesses princípios. Na década de 90, houve um salto qualitativo atribuído tanto ao perfil das entidades do terceiro setor, envolvidas com a questão social, quanto ao avanço considerável do voluntariado, à criatividade de gestores e público-alvo e à profissionalização das atividades. Esse avanço está amplamente vinculado aos impactos derivados da diminuição da participação do Estado na área social, do crescimento dos movimentos sociais urbanos e do avanço da responsabilidade social nas empresas. Neste último quesito, por exemplo, dados de pesquisa realizada pelo IPEA (2000) apontam um resultado impressionante: das 780 mil companhias privadas com um ou mais empregados no país, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, 59% realizam investimentos para atendimento a comunidades carentes, contabilizando aproximadamente R\$ 5 bilhões de gastos com educação, saúde, alimentação, esportes e cidadania.

A responsabilidade social das empresas privadas (multinacionais e nacionais) e estatais cresce rapidamente no Brasil. Outra pesquisa realizada pelo IPEA (2001) revelou a preocupação das empresas com relação à macroeconomia, pelo fato de o surgimento e o fortalecimento das ONGs coincidirem, de um lado, com o

processo de abertura da economia brasileira ao mercado internacional, a privatização de empresas estatais e a diminuição da participação do Estado na economia e nos serviços/investimentos sociais e, de outro, com a experiência de líderes que realizam atividades sociais voluntárias. A pesquisa demonstrou que, em 56% das empresas, existem incentivos para o trabalhador participar de um projeto social; 98% delas declararam a não-suspensão do atendimento social e 60% revelaram que não pretendem alterar os investimentos destinados aos projetos sociais, mesmo em contexto econômico adverso.

O debate a respeito da responsabilidade social é amplo, principalmente quando o foco de discussão passa pelos interesses econômicos das empresas, e o denominado 'marketing social' é utilizado visando à melhoria da imagem corporativa e/ou ganhos financeiros com o incremento das vendas. A busca do lucro é estratégia óbvia de qualquer empreendimento comercial privado no sistema capitalista, mas é importante estabelecer diferenciações entre as empresas nesse processo. Existem aquelas que procuram uma oportunidade para aumentar seus lucros de qualquer forma no mercado, mesmo que seja por intermédio da causa social. Nesse caso, o próprio terceiro setor precisa estabelecer limites para veiculação de imagens, utilização do resultado do trabalho, uso mercadológico das causas sociais pelos veículos de comunicação contratados pelas empresas etc., ou seja, é preciso conferir clareza e transparência ao trabalho de marketing social. Por outro lado, há empresas efetivamente preocupadas com a questão socioeconômica e que vêem, na atuação social, uma possibilidade efetiva de contribuir para a diminuição da pobreza, a melhora da qualidade de vida das pessoas, a minoração dos impactos deletérios ao meio ambiente, a qualificação profissional e a educação, entre outras causas sociais.

Não se trata de julgar as 'experiências sociais' das empresas como a manifestação ou não de um compromisso com as causas populares, até porque é difícil fazer tal diagnóstico neste espaço e mesmo generalizar uma avaliação. Pretendemos apresentar algumas experiências desenvolvidas em nosso país como forma de estimular reflexões acerca de assunto tão polêmico. Vamos a elas:

A Xerox (empresa multinacional) executa o projeto denominado Casa do Zezinho, no Jardim Ângela, nas cercanias dos bairros de Capão Redondo e Campo Limpo, em São Paulo, uma das regiões mais violentas da cidade, que compreende uma área de 99 km², destituída de cobertura vegetal, com 584 favelas. A empresa investe em 83 programas sociais, gastando aproximadamente R\$ 3 milhões de reais no atendimento a 700 jovens carentes. O grupo Pão de Açúcar demonstra interesse em ampliar suas ações e desenvolver projetos sociais nos onze

estados em que a empresa atua, por meio de um instituto criado para tais fins nos principais pontos da cidade. A Natura, empresa nacional de cosméticos, declara que pretende fazer negócios de forma responsável, com base no conceito de manejo adequado das reservas de matérias-primas, em Andiroba e Cupuaçu, na região amazônica, cujas comunidades estão inseridas no Programa de Certificação de Ativos, controle de emissão de poluentes, Programa Escola, Projeto Jequitinhonha, Cooperativa de Costureiras, barracões culturais da cidadania, Programa de Promoção do Voluntariado, além do apoio institucional a diferentes experiências no terceiro setor. A Eliane Revestimentos cerâmicos, em Cocal do Sul, Santa Catarina, optou por realizar um trabalho de preservação do meio ambiente e qualificação profissional, por meio do colégio Maximiliano Gaidzinski, cujo objetivo é a formação de técnicos em cerâmica, para oferecer mão-de-obra qualificada a empresas da região onde estão localizadas suas unidades e também desenvolver pesquisas. Esta empresa foi uma das pioneiras na adesão ao Programa Alfabetização Solidária, iniciado pelo Governo Federal. Em 2002, a Petrobrás, empresa estatal brasileira, assinou um convênio para investir R\$ 18 milhões em 38 projetos nas áreas de educação, cultura, esporte e atenção social, utilizando patrocínio direto ou co-gestão dos projetos (GAZETA MERCANTIL, 23 out. 2002, p. 9). A escolha dos projetos levou em consideração os impactos provocados na comunidade local. A orientação de políticas centradas no conceito de responsabilidade social cresceu rapidamente na empresa, a ponto de seus gestores declararem que a visão capitalista de obtenção de lucro está ultrapassada e que, se as empresas continuarem atuando dessa forma, poderão desaparecer. Dentre os projetos aprovados pela Petrobrás, destaca-se a Organização Mundial para Educação Pré-escolar, do Rio de Janeiro, trabalho realizado com adolescentes para confecção de bonecos, resgate da cidadania e ocupação profissional.

Inúmeras são as experiências de envolvimento de empresas privadas, estatais e multinacionais no terceiro setor. Parece um paradoxo, por causa da visão capitalista do lucro acima de tudo, mas existem interesses econômicos e sociais de empresas e público beneficiário, o que não implica a substituição do Estado pelo terceiro setor nem o abandono, pelo setor privado, de seus objetivos econômicos em prol das causas filantrópicas – é possível construir uma relação de parceria entre empresas, Estado e terceiro setor. Dessa forma, todos poderiam ganhar com a troca de experiências e conhecimentos baseados nas experiências bem-sucedidas no país.

5 PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

A partir da década de 90, o terceiro setor cresceu rapidamente no Brasil. Os dados apontam a existência de aproximadamente 540 mil entidades (ONGs, fundações, associações civis e unidades filantrópico-assistenciais, entidades vinculadas à Igreja etc), movimentando US\$ 10 bilhões por ano de capital (1,5% do PIB), além de gerar o correspondente a 2,5% dos postos de trabalho (JOHNS HOPKINS UNIVERSITY, 1995).

Outro ponto importante é o avanço do trabalho voluntário no Brasil: aproximadamente 25% dos brasileiros (42 milhões de pessoas) desenvolvem uma atividade de forma voluntária ou por meio de uma ação solidária. É um potencial considerável em termos de recursos humanos, que poderá contribuir significativamente para o projeto de reconstrução social e econômica do país. As 400 maiores entidades beneficentes do Brasil empregavam, em 2000, um contingente de 86.894 pessoas, representando um crescimento de 9% em relação ao ano anterior. Quanto ao número de pessoas atendidas – 13,3 milhões –, verificou-se um aumento de 9% em relação ao percentual de atendimento registrado em 1999.

No atual quadro de profissionalização por que passa o setor, cabe alertar para a importância de um plano de negócios ou estudo de viabilidade econômica de um empreendimento social, instrumento essencial para a entidade estabelecer mecanismos eficazes de captação de recursos – estudo de mercado, aferição de riscos e oportunidades, volume de investimentos e taxas de retorno, controle da área administrativa e financeira, marketing social, alocação adequada dos recursos humanos. Para definir a viabilidade econômica do empreendimento, é fundamental verificar a produção de bens/serviços destinada ao público-alvo e seus impactos sociais.

O terceiro setor procura investir na profissionalização dos recursos humanos para atender à grande demanda social existente no Brasil. A elaboração do estudo de viabilidade econômica e de projetos permite um avanço significativo dos investimentos em responsabilidade social das empresas e do número de entidades beneficiadas, contribuindo para o avanço do setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, no início deste século, um avanço ainda desordenado do terceiro setor no Brasil, caracterizado pelo processo de construção de sua identidade e pela confusão conceitual em torno de sua abrangência, contemplando não só diferentes segmentos de entidades formais ou informais, mas também atitudes de pessoas físicas, ou seja, cidadãos brasileiros apaixonados pela causa social.

O contexto político é extremamente favorável ao crescimento e qualificação de entidades e pessoas no Terceiro Setor, tendo em vista que a Presidência da República do Brasil é ocupada por um trabalhador metalúrgico que historicamente defendeu e apoiou os movimentos sociais que estão na origem desse setor. A proposta declarada pelo governo de investir no social por meio da integração dos programas, inclusive o Fome Zero, mostra uma vontade política de criar condições para minorar os problemas sociais, priorizando a população considerada extremamente pobre, excluída ou em processo de exclusão.

O momento é oportuno para organizar redes de trabalho solidário no Brasil, a partir de experiências bem sucedidas no terceiro setor, como a Pastoral do Menor. Acredita-se que o povo brasileiro esteja interessado em participar de uma rede de trabalho social em todo o país, utilizando a estrutura criada por esse setor, valendo-se de projetos implantados em escala local, com vínculos comunitários mais consistentes construídos num árduo trabalho cotidiano – trata-se da tessitura de uma história que tem apresentado resultados.

Envolver a sociedade civil em um projeto nacional é um grande desafio histórico dos governos, a julgar pelas declarações de intenção nas últimas campanhas presidenciais. Não são necessários tantos recursos como a imprensa costuma divulgar, pois as experiências das entidades mostram como sobreviver otimizando recursos escassos e viabilizando projetos em prol de causas muitas vezes ignoradas pela sociedade, não pela omissão total, mas pelo medo de envolvimento em situações complicadas. Esse projeto poderia ir além, contribuindo para estimular a participação de jovens universitários, aposentados e demais voluntários, por exemplo, na erradicação do analfabetismo no Brasil, utilizando o método Paulo Freire.

O terceiro setor pode oferecer uma contribuição política, econômica e social ao Brasil. No aspecto político, o exercício da democracia, o resgate da cidadania da população, sua participação no processo de construção de um mundo melhor e da própria vida; no econômico, aumento dos investimentos em infra-estrutura, serviços e recursos humanos para a geração de emprego e renda; no social, a consagração de um trabalho que permita ao público beneficiário a melhoria de suas condições de vida.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Nanci Valadares de. *Autogestão – O nascimento das ONGs*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor – Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

DOWBOR, Ladislau (Org.). *Economia social no Brasil*. São Paulo: Editora do Senac São Paulo, 2001.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. Desafios da parceria governo e terceiro setor. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n.1, p.12-19, jan./mar.1998.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público – O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. *O que é o terceiro setor?*. São Paulo: Editora Paz e Terra/Gife, 2000.

SOBRAL, Eliane. As duas faces da ética empresarial. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 29 maio 2002. Caderno Especial do Terceiro Setor, p. 2.

OITITICA, Daniel. Em busca da profissionalização. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 29 maio 2002. Caderno Especial do Terceiro Setor, p. 3.

ÉBOLI, Carla. O assistencialismo cede espaço para a “economia da solidariedade”. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 29 maio 2002, Caderno Especial do Terceiro Setor, p. 1.

CARVALHO, Luciana. Solidariedade movimenta US\$ 10 bilhões. *Gazeta Mercantil*, 29 maio 2002, São Paulo, Caderno Especial do Terceiro Setor, p. 2.

IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 1997.

PEREIRA, Custódio Filipe de Jesus. *Captação de recursos – Conhecendo melhor porque as pessoas contribuem*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.

RIFKIN, Jemery. *Identidade e natureza do terceiro setor*. São Paulo: Editora Paz e Terra/Gife, 2000.

SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor - uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, São Paulo v. 33, n.1, p.5-11, jan./mar.1998.

_____. *Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor*. São Paulo: Editora Paz e Terra/Gife, 2000.

Recebido em: 13 jun. 2003

Aprovado em: 20 jul. 2003

